**A COLONIZAÇÃO GEOGRÁFICA E IMAGINÁRIA DO “NOVO MUNDO”: EM BUSCA DE NOVAS EPISTEMOLOGIAS A PARTIR DA DECOLONIALIDADE**

Lavínia de Sousa Almeida Mendes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

lavinia23mendes@hotmail.com

**Resumo:**

O presente artigo tem por intuito discutir, com base na perspectiva Decolonial as tentativas eurocêntricas de justificar a suposta inferioridade das colônias do “Novo Mundo”. Se para um lado (colonizadores) a colonização se delineou como oportunidade de exploração e lucro, para outro (colonizados) a invasão custaria invasão, silenciamento e violência. Salienta-se que a abordagem Decolonial objetiva decolonizar o imaginário, ainda colonizado pela dicotomia de inferioridade *versus* superioridade (esta como característica da Europa). Além disso, almeja estabelecer outras epistemologias que não a dominante, a verdadeira, a universal e a única produtora de conhecimento.

**Palavras-chave:** Decolonial; Colonização; Novo Mundo.

**Introdução**

1492. Uma data. Um marco. Uma ponta de *iceberg* para Bosi. Um símbolo de mudança de perspectiva, de imaginário e de expectativa para os europeus, fomentados a partir da Expansão Marítima, motivada precipuamente pela fé cristã e a cobiça por ouro, prata, especiarias, escravos, territórios, novos mercados.

Mil quatrocentos e noventa e dois *sui generis* significou a largada da corrida rumo à Modernidade[[1]](#footnote-1), o convencimento da existência de um ideal de civilização[[2]](#footnote-2), a ganância por colônias, a acentuação do que posteriormente seria chamado de etnocentrismo[[3]](#footnote-3) e eurocentrismo[[4]](#footnote-4), disputas religiosas e perda de supremacia por parte da Igreja Católica, fomento da atividade científica, a estruturação do Estado Moderno[[5]](#footnote-5), a mudança de eixo do mar Mediterrâneo para o Atlântico.

O término da Idade Média imiscuído aos primeiros indícios da modernidade foi marcado pela mudança da visualização do globo, que passa a ter outra parte significativa, um “Novo Mundo” [[6]](#footnote-6), que transmuta as relações entre distintas sociedades, uma vez que a Europa seria o centro mundial. O ego cultural, o já citado etnocentrismo, materializado na violência para com o incompreensível, camuflou o caráter de imprescindibilidade das culturas orientais, africanas e ameríndias para a formação da história do continente americano. A colonização se caracterizou essencialmente por genocídio e pela violência simbólica.

A retórica da modernidade se modificou desde a invasão do “Novo Mundo”, todavia, essas formas impositivas e autoritárias ainda se dão por meio do controle da subjetividade, do conhecimento, da identidade, da sexualidade, *grosso modo*, não deixa de ser patriarcal, racista, misógino e na contemporaneidade ALGBTQfóbico.

No século XVI, a retórica salvacionista da modernidade enfatizava a conversão ao cristianismo. Mais adiante, a partir do século XVIII, a salvação é pensada em termos de conversão à civilização (secular). Após a Segunda Guerra Mundial, a retórica salvacionista da modernidade celebra o desenvolvimento como condição da modernização. Isso permanece até hoje, na quarta etapa, depois da queda da União Soviética, agora com ênfase na tríade desenvolvimento, democracia e mercado (MIGNOLO, 2008, p. 243).

Poder-se-ia descrever o caminho para a modernidade e a complexa colisão entre culturas pela percepção de superioridade por parte dos próprios europeus; pela consequente obrigação de oferecer (senão impor) seus costumes, sua cultura, sua suposta sofisticação aos povos considerados primitivos; pela justificativa e legitimação da violência em consequência da resistência e não aceitabilidade dos pecadores[[7]](#footnote-7); pela culpabilidade do colonizado por não se sentir contemplado com a possibilidade da salvação cristã; pela naturalização do sofrimento (escravidão e castigos físicos, por exemplo) para o *upgrade* do canibalismo, antropofagia, politeísmo (...) à “civilização” (DUSSEL, 2005, p. 27).

Os choques culturais seguem-se pelo caráter universalista da história europeia aliada à ideia de progresso; pela naturalização da estrutura da sociedade liberal-capitalista; pela supremacia dos saberes, dos conhecimentos e da ciência produzidos pela cultura europeia em relação a todas as outras (LANDER, 2005, p. 10-11). A ciência moderna, por mais que se auto afirmasse como benfazeja (por oferecer a oportunidade de se civilizar) e sofisticada, se efetivou de forma indolente e/ou preguiçosa, pois se propõe a *pensar*, no entanto, se materializa com *ignorância* e *indiferença* aos *distintos* (RIBEIRO, 2014, p. 75).

Pretende-se com o presente artigo problematizar de que forma a prática da violência se interliga à intensa violência simbólica (gerando, consequentemente, o domínio e a limitação do pensar e agir alheios); refletir sobre os argumentos utilizados para legitimar as violências citadas; discorrer sobre o investimento na possibilidade de novas epistomologias a partir dos Estudos Decoloniais.

**Troca Justa: Indecência, Inocência e Selvageria por Civilização, Cristianismo e Humanização**

Um ser humano, tradicionalmente nu, enxergava o mundo e a si mesmo a seu modo, obviamente, relacionadas às suas práticas culturais. A partir de certo momento e posteriores conflitos grosseiros, gerados também pela incompreensão do *outro[[8]](#footnote-8)*, foi entregue um caleidoscópio ao ser desnudo fisicamente. As placas de metais e vidros dentro do aparelho foram escolhidas cuidadosamente para gerar imagens específicas. Ao mesmo tempo em que pode ser interessante conhecer modos de ver distintos, o monopólio da visão leva à transformação do olhar para si mesmo. Consequentemente, o costume de mostrar o corpo poderia se transmutar em vergonha de não usar trajes ou o aspecto cultural politeísta poderia se ressignificar em monoteísmo, por exemplo. O caleidoscópio simboliza o controle do que se pode e deve alcançar no mundo, o controle de como encarar a si e uma indicação, ora direta ora indireta, do que deveria ser (ou seja, o ideal).

O que continham as placas europeias entregues aos “índios” [[9]](#footnote-9)? Por que era necessário ou benéfico para os europeus cristãos restringir e enviesar o modo de enxergar dos indígenas? Acredita-se ainda mais importante questionar: o oferecimento do caleidoscópio não necessariamente indica sua aceitação. Caso não fosse, o que procederia aos *outros*? Poderia ser benéfico para os *outros* aceitar?

O passado colonial que teve como dois entre outros protagonistas as metrópoles, os países ibéricos (Espanha e Portugal) – impedidos territorialmente de acessar as Índias - é uma justificativa bastante recorrente para os binômios centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, arcaico e moderno, sobretudo colônia de povoamento e colônia de exploração[[10]](#footnote-10). Em outros momentos “norte e sul, oriente e ocidente, colonizador e colonizado, rico e pobre, cultura e natureza, homem e mulher”, “barbárie e civilização, tradição e modernidade, comunidade e sociedade, mito e ciência, infância e maturidade, solidariedade orgânica e solidariedade mecânica, pobreza e desenvolvimento” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 85). Este passado colonial foi marcado pelos intensos embates culturais entre os europeus e os não-europeus (semelhantes pelo esquecimento dos primeiros), que evidenciou a estupidez perante o *Outro* (RIBEIRO, 2014, p. 68).

O *Outro* é considerado *algo* quando é notado como *Si-mesmo*. Para se assemelhar ao *Si-mesmo* deveria ser “conquistado, colonizado, modernizado, civilizado, como ‘matéria’ do ego moderno” (DUSSEL, 1993, p. 36). Assim sendo, os choques culturais se desenharam da seguinte forma: “A negação do direito do colonizado começa pela afirmação do direito do colonizador; é a negação de um direito coletivo por um direito individual [...]” (CLAVERO, 1994, p. 21-22 *apud* LANDER, 2005, p. 10).

É notável como reflexo da colisão cultural, destarte, a síndrome de sobrepujança europeia sobre os povos habitantes dos demais continentes; a invenção de um “centro” mundial (DUSSEL, 2005, p. 30) e de uma narrativa global; o tratamento aos *outros* como “periferia”; o escoro na fauna e flora desconhecidas; a escravização[[11]](#footnote-11) dos diferentes; entre outras adversidades. A sustentação dessas e diversas formas de opressão, que caracterizaram a subalternidade e a colonialidade, foram justificadas não somente por motivos religiosos, mas por superioridade moral e intelectual.

O processo de negação das identidades alheias precede à acusação de comportamentos indevidos, como antropofagia, sacrifícios, rituais, politeísmo, ou aspectos físicos condenadores, como a cor da pele. Ou seja, as delações europeias dos pecados daqueles bárbaros que preferiam as práticas demoníacas eram pretextos para legitimar a violência (guerras justas), para obter mão de obra abundante (escravos) e reconhecer a necessidade da catequização (sinônima de salvação e libertação). Mesmo em meio a tantas agressões o imaginário contemporâneo ainda é permeado pela ideia de que os americanos deveriam e devem comemorar a introdução dos valores civilizatórios nas sociedades [tidas como] bárbaras, as benções do verdadeiro-único-universal deus e o privilégio de se misturar com o sangue branco (por vontade própria ou não) (FONTANA, 2005, p. 108-109).

A inferioridade do continente americano não se fundamentava unicamente nos aspectos culturais, linguísticos, religiosos e sociais dos grupos encontrados pelos europeus: a partir do século XVIII, principalmente, eruditos argumentavam sobre a imaturidade na natureza americana, em busca de elaborações científicas. Para Buffon (que teve o primeiro volume publicado em 1747), sem pormenores: “a natureza da América era inferior à do Velho Mundo.” (*apud* PRADO, 2004, p. 181). Uma das alegações sobre a afirmativa se referia ao tamanho (porte pequeno) dos animais encontrados no Novo Mundo e o clima bastante úmido. Contrapondo parcialmente a assertiva de Buffon, Corneille De Pauw (primeira publicação em 1768) não acreditava que a natureza americana era imatura, mas sim degenerada e uma possível causa seria o sofrimento daquelas terras nos tempos do dilúvio (PRADO, 2004, p. 196).

A partir de uma pintura de Jan Van Kessel (nascido na Antuérpia, 1626-1679), que representa os quatro continentes (África, América, Ásia e Europa) nas figuras de quatro mulheres, que, respectivamente, correspondem à pele negra, a uma índia de pele avermelhada, a um casal otomano e à pele branca, Fontana (2005, p. 105-106) constata que, no continente europeu principalmente, se buscaria por uma imagem cultural própria e esta construção se dá “olhando-se no espelho dos ‘outros’ para diferenciar-se deles”. Paralelo à necessidade europeia de se distinguir do *restante* caminhava a avidez por tornar os *diferentes* ao máximo semelhantes a *si-mesmo* (através dos hábitos, da língua, dos rituais, do culto a Deus[es], *grosso modo*, do processo civilizatório).

O homem selvagem, vinculado à natureza, com características campesinas, rústicas, imaturas, incultas, advindo da mitologia medieval descreveria posteriormente os indígenas, que obviamente, se destoaria explicitamente dos europeus (FONTANA, 2005, p. 107). Refletindo de forma mais pormenorizada sobre a relação entre a representação dos indígenas e o mito do homem selvagem, Flavia Galli Tatsch (2012, p. 40) afirma que as impressões feitas em Basileia, Roma e Florença da *Carta a Santangel* eram acompanhadas de xilogravuras, porém, não há evidências de que Colombo e quaisquer de seus tripulantes tenham desenhado a natureza do “Novo Mundo”. As xilogravuras apresentavam relativa impressão de fantasia, mesmo que feitas a partir da interpretação dos relatos. A importante conclusão sobre as xilogravuras que fomentaram representações dos indígenas na Europa é que estas são elaboradas a partir de uma visão externa (registrada como relato) e não de observação (TATSCH, 2012, p. 45). Diante o desconhecimento sobre o que descreveria ou desenharia os europeus buscaram o acessível para explicar o conteúdo da Carta, assim sendo, associaram os povos do “Novo Mundo” aos Homens e Mulheres Selvagens, que se caracterizavam da seguinte forma:

Destituído de faculdades racionais, vivendo ao relento, possuidor de uma forca descomunal e sem freio para os desejos, era a própria imagem de um homem liberto do controle social, aquele em quem todos os impulsos libidinosos conseguiram ter uma total predominância. Homens e Mulheres Selvagens não gozavam do sexo “civilizado”, de uma existência social regularizada por qualquer tipo de instancia; tampouco usufruíam da graça divina (TATSCH, 2012, p. 48).

Paralelo ao conhecimento do território e à colonização geográfica se situam o controle dos corpos e a colonização do pensamento, do imaginário, da crença (DUSSEL, 1993, p. 59). Caso não houvesse “aceitação” da cultura europeia, a colonização territorial seria violenta e os povos seriam subjugados (p. 44). Isto posto, elucida-se que a primeira relação estabelecida entre colonizador e colonizado era militar: “A primeira ‘experiência’ moderna foi a superioridade quase-divina do ‘Eu’ europeu sobre o Outro primitivo, rústico, inferior. E um ‘Eu’ violento-militar que ‘cobiça’, que deseja riqueza, poder, glória.” (p. 47). Outrossim, afirma-se a impossibilidade de um “encontro” entre culturas, dado que sugere que houve intervenções calmas, não agressivas e românticas.

O movimento colonizador foi hostil, destrutivo e ofensivo a ponto de dizimar o mundo asteca (tanto com conflitos armados quanto por meio das doenças), além de qualificar os indígenas como dóceis, infantis, imaturos, demoníacos, satânicos, pagãos (DUSSEL, 1993, p. 47-49).

O cotidiano na colônia[[12]](#footnote-12) deveria se transpor da agressão literal generalizada para o controle dos seres sociais através:

[...] de uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica, quer dizer, do *domínio* dos corpos pelo machismo sexual[[13]](#footnote-13), da cultura, de tipos de trabalho, de instituições criadas por uma nova burocracia política [...]. É o começo da domesticação, estruturação, colonização do “modo” como aquelas pessoas viviam e reproduziam sua vida humana (DUSSEL, 1993, p. 50-51).

**Des-colonizAção: Re-conhecendo e Re-criando epistemologias**

Na revista “Perú Indígena”, publicada em 1991, continha um artigo nomeado “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad”, de Aníbal Quijano. Este artigo iniciaria as discussões sobre Decolonialidade, segundo João Figueiredo (2010, p. 5).

Considerar-se-á que colonialismo não é sinônimo de colonialidade. O primeiro se refere à invasão política, econômica e tentativa de subsumir outras etnias com argumentos naturalizadores, que compôs o que se chama de colonização da América; por sua vez, colonialidade alude à hegemonia de uma epistemologia simplista, excludente, preconceituosa, impositiva, coisificadora e objetificadora (FIGUEIREDO, 2010, p. 5). Ainda se distingue colonizar e colonializar: enquanto o primeiro termo “tem o sentido de tomar posse do território [...] pertencente a outro; impor valores e normas, lógica, cultura etc.; [...] exercer domínio, ou supremacia sobre algo ou alguém” (p. 7), o segundo indica “imposição de um padrão cultural, epistemológico, de crenças, valores e normas” (p. 7).

As escritas de Albert Memmi, Aimé Cèsaire e Frantz Fanon, para Adelia Miglievish (2014, p. 67), fundaram a crítica pós-colonial. Miglievish ainda cita como importantes contribuintes aos Estudos Decoloniais Edward Said, Stuart Hall, Boaventura de Sousa Santos (p. 67), Walter Mignolo, Aníbal Quijano (p. 68), Gayatri Spivak (p. 72), Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Pablo González Casanova (p. 73), etcétera. João Figueiredo adiciona Kelvin Santiago, Ramón Grosfoguel, Agustin Lao-Montes, Sylvia Winters, Fernando Coronil, Santiago Castro-Gómez, Edgardo Lander e outros. Sobre o movimento de escrita, vale considerar:

A teologia da libertação desde os anos sessenta e setenta; os debates em filosofia e ciência social latino-americana sobre noções como filosofia da libertação e uma ciência social autônoma (ex: Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates em América Latina sobre a modernidade e a pós-modernidade dos anos oitenta, seguidos das discussões sobre hibridez na antropologia, na comunicação e nos estudos culturais nos anos noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano dos estudos subalternos. O grupo da modernidade/colonialidade tem encontrado inspiração num amplo número de fontes, desde as teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade, até o grupo sul-asiático dos estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana; assim mesmo, muitos de seus membros têm operado numa perspectiva modificada de sistemas mundo. Sua principal força orientadora, contudo, é uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos (Escobar, 2003 *apud*. Ballestrin, 2013, p. 99 *apud.* RIBEIRO, 2014, p. 73-74).

É apreensível a imprescindibilidade de enxergar a América com olhos não europeus e questionar o paradigma até então imposto goela abaixo, além disso, reinventar a história latino-americana a partir não de um modelo, mas sim da pluralidade, da diversidade, da possibilidade de interpretar a história a partir de outros agentes sociais.

Seguindo esse entendimento, ao invés de pensar num outro *paradigma*, como qualquer possibilidade de outro modeloou *verdade absoluta,* incorporo-me ao *movimento* que prefere afirmar a necessidade de outras *políticas de* *verdade,* tecidas a partir de jogos de poder que admitam em suas tramas a *polifonia*, a *polissemia*,a *pluralidade* (AZIBEIRO, 2006, p. 64).

Segundo Castro-Gómez (2005, p. 83), uma das mais importantes contribuições dos estudos pós-coloniais é não desvencilhar o processo de modernização e estabelecimento de Estados na Europa da colonização tanto na costa africana como no território americano. Dessa forma, esta área de conhecimento das Ciências Humanas visa desconstruir e reformular as próprias concepções dantes afirmadas pelas Ciências Sociais e pela Filosofia.

O autor em questão indica como tese que o Estado Moderno opera de forma distinta do Estado em contexto globalizado. O Estado globalizado é aquele que não controla e organiza plenamente o cotidiano dos seres sociais com o mesmo poder de intervenção que o Estado Moderno, deste modo, a modernidade se “finaliza” quando se percebe cada vez mais claro o processo de globalização. À distinção apontada é importante para compreender que enquanto a modernidade camufla e reprime as diferenças, o outro as cria e as alimenta (p. 84-85).

O pensamento decolonial se faz presente, deste modo, como uma opção viável, que simboliza tanto a ressignificação da epistemologia hegemônica (europeia) quanto a resistência dos *outros*, dantes subjugados, subsumidos e dependentes. A reação decolonial não é pacífica, é conflituosa, toma posse do direito de ser-estar-permanecer, exige o espaço de *re-existir* (MIGNOLO, 2008, p. 241).

Montero (1998 *apud* LANDER, 2005, p. 15) sugere que um novo paradigma se caracterizaria por uma *episteme de relação*, alimentada pela construção de conhecimento comunitária e valorização dos saberes populares; pela desconstrução das formas tidas como naturais de se enxergar, conviver, aprender o e no mundo; “[pel]o reconhecimento do Outro como Si Mesmo”; pela pluralidade epistêmica, que interpreta a história como inacabada, em contínua revisão e [re]construção. Ademais, reconhecer o poder de falar, de ser escutado e de [re]existir dos *outros*, dantes silenciados ou lembrados unicamente pelas suas carências (AZIBEIRO, 2006, p. 68-69). A *diferença* vista como justificativa para o subdesenvolvimento deve ser ressignificada e entendida não como ponto de partida da desigualdade, da exclusão, da criminalidade, da subalternização, ou seja, a *diferença* do *outro* não é negativa para a nossa construção e o nosso presente históricos. A partir da decolonialidade as culturas que foram exotizadas e folclorizadas seriam notadas de acordo outras perspectivas (p. 80).

A crítica pós-colonial e os questionamentos decoloniais estimulam a reconstrução das ciências humanas, a reescrita da História, o repensar da importância das culturas envolvidas no processo de colonização, a revisão do ensino de História da América (...). Consequentemente, entende-se que os Estudos Decoloniais se interligam, direta ou indiretamente, as percepções de cidadania, identidade, igualdade étnico-racial, equidade, acesso ao direito à vida, estereótipos culturais, justiça, produção de *diferença* e disputas entre projetos políticos.

**Referências Bibliográficas**

AZIBEIRO, Nadir E. *Educação intercultural e comunidades de periferia:* limiares da formação de educador@s. Centro de Ciências da Educação. UFSC, 2006

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO. Buenos Aires, 2005

DUSSEL, Enrique. *1492:* o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Conferências de Frankfurt. RJ: Vozes, 1993

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Europa, modernismo e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO. Buenos Aires, 2005

FIGUEIREDO, João B. A. Colonialidade e descolonialidade: uma perspectiva eco-relacional. *Entrelugares*: revista de sociopoética e abordagens afins. Fortaleza, v.2, p. 1-25, 2010

FONTANA, Josep. *A Europa diante do espelho.* SP: Edusc, 2005

JUNQUEIRA, Mary Anne. Colônia de povoamento e colônia de exploração: Reflexões e questionamentos sobre um mito. In: ABREU, M.; SHOYET, R. (org.). *Cultura Política e Leituras do Passado:* historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO. Buenos Aires, 2005

LARA, Silvia H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In:BICALHO, Maria Fernanda (org.). *Modos de governar:* Ideias e Práticas Políticas no Império Português (sécs. XVI-XIX). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a “ideia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. *Caderno CRH* [online]*.* Salvador, vol. 21, n. 53, 2008

PRADO, Maria Ligia C. *América Latina no século XIX:* tramas, telas e textos. São Paulo: EDUSP, 2004

RIBEIRO, Adelia M. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. Dossiê: Diálogos do Sul. *Civitas,* Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2014

TATSCH, Flavia G. O frontispício da carta de Colombo e o início da associação do Homem Selvagem com o indígena. In: FERNANDES, Luiz E. de O. (Org.). *História da América:* historiografia e interpretações. Coleção Seminário Brasileiro de História da Historiografia. Ouro Preto: EDUFOP, 2012

1. Utilizando as contribuições de Dussel (1993, p. 21 e 22), considera-se que a “Modernidade” se torna evidente com a reforma luterana alemã, a Ilustração (Aufklaerung) e a Revolução Francesa. Dessa forma, indicaremos ao longo do trabalho o período a partir de 1492 até a Revolução Francesa como transição para a modernidade ou fim da Idade Média. [↑](#footnote-ref-1)
2. O ideal de civilização tradicional condiz à brancura, ao cristianismo, ao controle da sexualidade, *grosso modo*, ser civilizado se resumiria aos atributos europeus e as *outras* culturas deveriam se adequar, buscar e aceitar esses padrões (Cf. MIGNOLO, 2008, p. 242). [↑](#footnote-ref-2)
3. A percepção do espaço e do tempo aplicado para toda a humanidade pautada nas próprias peculiaridades se tipifica como etnocentrismo, dessa forma, agregando caráter de inferioridade às culturas que não correspondem a “si mesmo”. Sem mais pormenores, caracteriza-se o etnocentrismo, grande problemática da transição para a modernidade, como o universalismo e superioridade de uma cultura sobre as outras (Cf. LANDER, 2005, p. 13), a desconsideração dos que são diferentes e a proposta de um modelo/padrão (Cf. AZIBEIRO, 2006, p. 50). [↑](#footnote-ref-3)
4. Os efeitos práticos do eurocentrismo se traduziram na tentativa de controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, “em suma, da subjetividade” (Cf. MIGNOLO, 2008, p. 242) de povos distintos dos europeus. [↑](#footnote-ref-4)
5. Para caracterizar o Estado Moderno Castro-Gómez (2005, p. 80) pondera que este advém de uma projeto da modernidade, que se resume “à tentativa fáustica de submeter a vida inteira ao controle absoluto do homem sob a direção segura do conhecimento”. Destarte, é compreensível que o controle dos indivíduos não recai somente e indiscutivelmente a vontade de Deus. O Estado Moderno teria o direito (e em alguns casos dever) de utilizar da violência e julgaria o uso desta por indivíduos comuns, controle dos desejos, dos instintos, do corpo, do próprio tempo através do trabalho (...). Tal controle justificado pelo bem comum ou coletivo (p. 81). [↑](#footnote-ref-5)
6. A expressão “Novo Mundo” implicitamente é etnocêntrica, pois o que seria América era notícia fresca para os europeus. Percebe-se, deste modo, que a existência de algum lugar e de sua história dependeria do conhecimento destes. Além disso, a fauna, a flora, as formas de organização política, as línguas e diversas características eram peculiaridades e imagens novas para os europeus (Cf. DUSSEL, 1993, p. 18 e 19). [↑](#footnote-ref-6)
7. “*Aniquilação* ou *civilização imposta* definem, destarte, os únicos destinos possíveis para os *outros*.” (Cf. LANDER, 2005, p. 14) [↑](#footnote-ref-7)
8. Os *outros* aos quais desejamos chamar atenção não se restringiram aos indígenas, considerando que este grupo heterogêneo não foi o único agredido e desconsiderado no processo de modernização europeia. Porém, ao longo do trabalho o foco serão estes por povoarem o “Novo Mundo” quando os europeus o invadiram. [↑](#footnote-ref-8)
9. O termo “índio” define o olhar do europeu sobre aqueles *outros* que encontraram nos territórios que logo se chamariam América, mas não a forma como esses *outros* se enxergavam. De forma pejorativa, “índio” define tantos povos distintos que foram dizimados e aparenta que as comunidades indígenas não se diferenciavam entre si, inclusive na própria recepção dos invasores europeus. Paralelamente a isso, não existiu somente um europeu. As categorias gerais acabam por alimentar estereótipos e camuflam particularidades importantes. [↑](#footnote-ref-9)
10. Colônia de povoamento e colônia de exploração são termos frequentemente utilizados nos livros didáticos do ensino básico para fundamentar o suposto avanço dos EUA (Estados Unidos da América) e o subdesenvolvimento da América Latina (Cf. JUNQUEIRA, 2007, p. 173). A origem desses termos na historiografia brasileira advém notoriamente do livro *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado em 1942 (p. 177). O passado colonial se tornou sinônimo de atraso e do fantasma que assombrava a história brasileira, *grosso modo*, associou-se o período colonial à escravidão (LARA, 2005, 22-23). [↑](#footnote-ref-10)
11. “A escravidão era um fato milenar ao qual todas as civilizações estavam habituadas, mas nada do que a humanidade conheceu antes pode ser comparado às enormes proporções estão tomadas pelo tráfico negreiro: entre 1600 e 1800 cruzaram o Atlântico oito milhões de escravos procedentes da África negra.” (Cf. FONTANA, 2005, p. 114) [↑](#footnote-ref-11)
12. O termo “colônia” se remete a Roma e significava os territórios dominados, que falavam latim e pagavam tributos. Dessa forma, a América foi a primeira colônia da Europa Moderna, já que se tornou periferia antes da África e da Ásia (Cf. DUSSEL, 1993, p. 50). [↑](#footnote-ref-12)
13. O machismo se desenhou por parte do europeu tanto na agressão sexual contra as índias quanto na subordinação também da europeia, destarte, “instaura-se a moral dupla do machismo: dominação sexual da índia e respeito puramente aparente pela mulher europeia” (Cf. DUSSEL, 1993, p. 52). [↑](#footnote-ref-13)